



“PERNAMBUCO NEGATIVO” O COMUNISMO NAS LENTES DO DOPS

ELTON FLOR DA SILVA¹

RESUMO

Pernambuco desde meados da década de 1930 figurou como espaço de significativos embates entre Estado e Partido Comunista. Neste sentido, a pesquisa em curso tem como objetivo discorrer sobre a importância da análise da produção e difusão de imagens pelo DOPS no estado de Pernambuco tendo como foco a desestruturação do Partido Comunista no ano de 1956. Desse modo, pretende-se verificar a relevância da iconografia como fonte documental para a construção de mecanismos de controle social e para a construção/desconstrução de discursos e estratégias policiais, baseando-se numa análise comparativa com fontes escritas, textuais, impressas, como periódicos, jornais, transcrições de entrevistas orais que possam contribuir para a compreensão das representações construídas sobre o Partido Comunista no estado de Pernambuco.

Palavras chave: Comunismo, Repressão, Fotografia.

ABSTRACT

Pernambuco since the mid- 1930s featured as significant clashes space between the state and the Communist Party. In this regard , the ongoing research aims to discuss the importance of analysis of the production and dissemination of images by DOPS in Pernambuco state focusing on the disintegration of the Communist Party in the year 1956. Thus, it is intended to verify the relevance iconography as a documentary source for building social control mechanisms and the construction / deconstruction of discourses and police strategies , based on a comparative analysis with written , textual , printed sources such as journals , newspapers, oral interviews transcripts that can contribute to the understanding of representations built on the Communist Party in the state of Pernambuco.

Keywords: communism , repression , Photography.

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Graduado no Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico- IFPE, Graduado em Licenciatura Plena em História-UFRPE e Mestrando em História Social da Cultura Regional – CAPES.



INTRODUÇÃO

Na atualidade o fazer historiográfico atravessa uma fase de ampliação do campo de ação. Nesse contexto, verifica-se atualmente, que se faz necessário uma reflexão apurada sobre como comportar novas abordagens e novos métodos. Dado que desde o final do século XIX a História vem passando por modificações a fim de se ajustar as necessidades impostas pelas mudanças no âmbito social em suas aspirações de cientificidade. Nos anos que se seguem as correntes historiográficas adotam ampliando cada vez mais as suas abordagens possíveis através da interdisciplinaridade, aspecto cada vez mais presente no fazer historiográfico.

A fotografia surge em plena Revolução Industrial e ganha espaço na sociedade. Atravessa praticamente um século a registrar aspectos do cotidiano, paisagens, família, bens, etc. Ganhando cada vez mais espaço, não podia mais se ignorar sua existência e seu valor como documento passível a análise. No entanto, segundo Boris Kossoy (2012, p. 33), só durante a década de 1990 com uma ressignificação e ampliação do significado da palavra documento é que a fotografia passa a ser vista de forma diferenciada e tomada como elemento ao qual se possa deferir um rígido exame a fim de dar resposta a questionamentos feitos pelos historiadores.

Quando se trata de história política, especificamente em Pernambuco, percebe-se que as obras em sua grande maioria são produzidas anteriormente a década de 1990, nelas as imagens ainda não são problematizadas de modo a complementar o texto, em sua maioria ilustram apenas situações relatadas pelos autores. Salvaguardado que muitas dessas obras não se propunham a esse tipo de análise. Percebe-se então um lugar de análise ainda pouco explorado.

Assim, buscaremos nesse breve artigo tratar especificamente da fotografia como item passível de análise por parte do historiador, enfatizando a utilização desse tipo de documento como artefato que propiciaria a repressão ao Partido Comunista no estado de Pernambuco por parte da Polícia Política – DOPS, seus usos e desusos, a partir de imagens contidas nos arquivos da polícia, em contraponto com transcrições de relatos orais e informações divulgadas nos jornais.



CENÁRIO POLÍTICO

Na década de 1950, Pernambuco atravessa uma fase que refletia essa instabilidade política, bem como, as inseguranças e tensões sociais que o momento propiciava. Segundo Sader (1990, p. 10), foi no início dessa década o momento de maior inserção do capital americano no país; este capital trouxe consequentemente a pressão política americana. Para o Partido Comunista, a inserção do capital estrangeiro; em particular o americano, e sua maior interferência no cenário político do país não poderia trazer consigo bons momentos para o futuro do comunismo. Deste modo, o Partido busca fortalecer suas bases políticas a fim de se proteger contra a investida de seus opositores sócio-políticos. Logo, unir a classe trabalhadora em sua totalidade sob sua liderança daria maior solidez ao bloco oposicionista. Desse modo, no cenário político pernambucano, vale salientar a vitória de Pelópidas Silveira para prefeito da cidade do Recife em 1955 com o apoio maciço dos comunistas, que segundo Brayner (1989), veio marcar a história do Partido Comunista com a quebra do isolamento político e uma das primeiras vitórias oposicionistas.

A partir desse momento formou-se uma aliança das esquerdas com setores insatisfeitos do empresariado local, onde o intuito era ampliar a influência comunista no âmbito social e político do estado de Pernambuco. A partir dela, personagens atuantes do partido se inseriram em projetos assistencialistas, movimentos sociais e associações de bairro. Com tamanha influência no estado o Partido Comunista traria para si as atenções da polícia, dado que se encontrava na ilegalidade desde 1947. Inserido numa atividade frenética o Partido não percebeu a infiltração por parte da polícia, o que facilitaria a ação deflagrada em janeiro de 1956 que culminou na desarticulação do Comitê Regional do Partido Comunista em Pernambuco.

A POLÍCIA E OS COMUNISTAS: APERFEIÇOAMENTO CONSTANTE

Desde a década de 1930 a polícia não cessava sua vigia constante contra o Partido Comunista, na década de 1950 a sociedade sofria todas as tensões da Guerra Fria e o país viria a sofrer o impacto da morte de Getúlio Vargas. Atrelado a todo este clima de tensões, tanto o Estado, representado por todo seu aparato policial, quanto o Partido tinham consciência mútua de seus potenciais. Em livro de bolso datado de 1951 o PCB já buscava informar a seus militantes sobre as formas de combater as ações repressivas deste personagem tão presente no cotidiano comunista: a polícia. Passou a inserir nas suas reuniões leituras com conteúdos voltados para o modo como o militante deveria agir se fosse pego.

Com título “Se fores preso, camarada...”² o livreto iniciava com palavras que descrevem bem a forma como o militante enxergava, ou deveria enxergar a prisão, “A prisão se enfrenta com coragem – É um posto de honra para o militante revolucionário.”³ Para o partido a prisão não significava um fim, a extinção da possibilidade de luta. Para eles o local destinado ao cerceamento de sua liberdade, seria mais um espaço de luta, no sentido de resguardar informações, de contagiar outros presos com os ideais comunistas e incitá-los contra as injustiças sociais. No entanto, o preso político não se sentia bem junto com presos considerados comuns: seu estado de preso não necessariamente significava para ele ter cometido um delito. Na sua concepção, o Estado é que buscou subsídios para enquadrá-lo como tal. Visivelmente, o comunista é que se sentia lesado, acreditava que o crime estava sendo cometido contra ele no tocante à liberdade política, uma consciência inadmissível para o Estado.

O Partido é a cabeça dirigente, é o Estado-Maior da revolução. O proletariado dizia Lênin, “não dispõe, em sua luta de Poder, de outra arma senão a organização”. É justamente por isso que é fundamentalmente contra o Partido, contra sua existência como organização que a burguesia dirige toda a força de seus golpes e não vacila no emprego de todas as armas e de todos os recursos, visando sempre decapitar a força do proletariado e impedir a vitória da revolução. No Brasil como acontece, aliás, em todo mundo capitalista, a luta da polícia conta o Partido Comunista, contra sua existência como organização, tem a duração da própria existência do Partido, se bem que variando de forma e intensidade, de acordo com o momento histórico e com a maior ou a menor agravação da luta de classes no país. Nosso partido já conheceu os longos anos de terror fascista do Estado Novo e getulista e a brutal repressão policial que se seguiu à derrota do movimento nacional libertador de 1935 e, mais recentemente, seus militantes já travaram

² Memorial da Justiça de Pernambuco, cx. 2000, Lei de Segurança Nacional, Queda do Partido Comunista. Nº 1.546. p.183. “Se fores preso, camarada...” se trata de um dos doze volumes de bolso, que está anexo como prova processual e se destina a qualificação dos militantes para enfrentar a prisão, fato comum no cotidiano comunista dada a repressão por parte de DOPS.

³ Idem. p.1.

conhecimentos com os novos métodos de repressão dos governos de Dutra e Getúlio, métodos norte-americanos, da época de Truman, que em geral nada ficam a dever aos da Gestapo nazista, quando não são mais bárbaros ainda. Justamente por isso, já não é pequeno em nosso Partido o número de militantes que possuem experiência na luta com a reação policial e que já aprenderam na prática como tem importância saber enfrentar com serenidade e firmeza, desde o momento mesmo da prisão, todas as brutalidades policiais. Muito maior, porém, é em nossas fileiras o número de camaradas que somente agora começaram a travar conhecimento direto com a reação policial. Experimentam pela primeira vez as prisões do Estado capitalistas e que não estão por isso suficientemente armados para saber como enfrentar essa nova forma de luta contra o inimigo de classes, sem vacilações e sem erros que podem ser de ordem desastrosas. Torna-se assim urgente e indispensável discutir em todo o Partido esse problema prático e atual, a fim de que todos os militantes sejam suficientemente armados para saber qual o comportamento que devem ter diante da repressão policial, qual a atitude que deve assumir um membro do Partido frente a polícia em caso de prisão.⁴

Esse livro de bolso apreendido pela polícia data de 1951. Nele podemos observar com clareza que o acúmulo de experiências anteriores foi de suma importância para a adoção de um posicionamento mais cauteloso por parte do Partido Comunista, no tocante à segurança interna, no resguardo de informações importantes. O aumento significativo de seus quadros e a falta de experiência por parte desses novos militantes surgiu como um fator preocupante. Preparar seus quadros para um conflito em contato direto com o inimigo expresso nas forças de repressão, extensão do Estado, era tarefa primordial para a manutenção do PCB em Pernambuco, e a prevenção de uma catástrofe através da delação de militantes por parte dos que caíssem nas mãos da reação. Entretanto, podemos afirmar então que, o universo de conflitos e embates entre as forças de repressão e o Partido Comunista gerava um acúmulo de experiência que iriam dar indícios dos novos rumos tanto do partido como das forças de repressão, pois, dentro do universo de tensões vivenciado na primeira metade dos anos 1950, um embate de amplitude maior era inevitável, e estar preparado para esse momento era crucial para a sobrevivência das duas instituições.

O partido também se fazia ciente das novas técnicas aplicadas nas torturas aos militantes presos, estas oriundas da troca de experiências com as forças norte-americanas. Abordar este possível momento como uma oportunidade do militante mostrar toda sua força e resistir sem expor seus companheiros seria o melhor caminho para atingir a autoestima e trazer à tona a glória de um partido e de seus militantes. O foco desta preocupação estava no fato de que o aumento dos quadros e uma redução nas ações após 1945, fez com que muitos

⁴ Memorial da Justiça de Pernambuco, cx. 2000, Lei de Segurança Nacional, Queda do Partido Comunista. Nº 1.546. p.183. “Se fores preso, camarada...” p.4.



não vivenciassem o terror da tortura e a delação de companheiros poderia trazer consequências irreduzíveis para o partido e toda sua estrutura funcional. O partido passa então a qualificar seus quadros a fim de enfrentar tal situação, caso fosse necessário. Neste sentido as escolas de capacitação são um espaço favorável a este tipo de preparação.

A polícia também se preparava para um embate através de seus meios de ação. Existiam, para o DOPS, três atividades corriqueiras que intervêm objetivamente no cotidiano comunista: “Dentre as atividades fim da Delegacia de Ordem Política e Social tem-se: a Investigação, a Censura e a Repressão.” (SILVA, 1996, p. 79). Essas atividades tinham por objetivo retirar de circulação o comunismo do convívio social, expurgar toda e qualquer forma de expressão deste pensamento nos diversos extratos sociais. Era através desses modos operantes e de um acréscimo de conhecimento através das relações internacionais, já mencionadas, que a polícia buscava constantemente subsídios que aprimorassem sua forma de atuação.

A postura do partido comunista de reforçar o conhecimento sobre o modo como o militante deveria agir em caso de prisão é a expressão mais clara da reação comunista a uma das formas mais corriqueiras do combate policial: a repressão. Esta postura é resultado de um saber acumulado através das práticas cotidianas ao longo do tempo, como foi citado anteriormente. E segundo Marcília Gama da Silva:

REPRESSÃO: Procedimento último na hierarquia das atividades – fim do órgão. É utilizada quando comprovada a existência de atividade subversiva do indivíduo. Numa perspectiva macro da repressão, ela está em toda parte, constitui-se enquanto reação extremada do poder autoritário que respaldado na lei impõe normas coercitivas de controle social, através do cerceamento da liberdade, na medida em que são impostos limites, parâmetros de convivência e tolerância sócio-políticas na ótica de quem se encontra no poder e cujas fronteiras não se deve ultrapassar. Configura-se a existência de medidas normalizadoras do corpo social, tendo na disciplina a base de sua efetivação. (SILVA, 1996, p.83).

Esse modo de ação resultou na desarticulação de vários aparelhos do partido espalhados pelo estado, inclusive do Comitê Estadual na primeira metade da década de 1940. Geralmente, a repressão é precedida da investigação, atividade que estabelece se há vínculo dos investigados com atividades subversivas; qualquer indício deste fato pode levar à ação repressora. Portanto, estes procedimentos se faziam necessários para que pudessem ser



legitimadas a criminalização dos acusados e suas respectivas sentenças através do discurso da lei, pois:

A justiça criminal hoje em dia só funciona e só se justifica por essa perpétua referência a outra coisa que não é ela mesma, por essa incessante reinscrição nos sistemas não jurídicos. Ela está voltada a essa requalificação pelo saber. (FOUCAULT, 1997, p.26).

Portanto, no período que antecedeu a ação policial contra o Comitê Regional do Partido Comunista em Pernambuco, o que se pôde observar é o constante aperfeiçoamento das práticas da polícia, e a busca pelo aperfeiçoamento das práticas do Partido frente às investidas do Estado na busca de sua extinção. Há um conflito constante, entre o PCB e o Estado, que se estende segundo os comunistas, desde a fundação do próprio Partido. Sendo assim, houve no histórico desse embate um cerceamento, uma vigilância constante por parte da polícia onde a fotografia aos poucos ganharia seu espaço, servindo para identificara pessoas ligadas ao partido, sua estrutura, seus materiais, seus registros internos.

Desde as eleições de 1945 e 1947 o PCB demonstrou ser uma força política no estado de Pernambuco. Seu potencial político nas urnas deveria ser levado em consideração, independente de seu estado de ilegalidade. Segundo Antônio Lavareda (1989, p.117), no período legal os votos obtidos pelo Partido Comunista nas eleições presidenciais e estaduais ocorridas em 1945, somaram no Recife 40% do total. Esta expressividade nas urnas conscientizou os opositores comunistas da importância de recrutar esta parcela tão significativa de votos, que, com plena certeza, faria diferença entre a derrota e a vitória nos períodos eleitorais posteriores. Um momento em que foi posta em prática esta possibilidade foi o Congresso de Salvação do Nordeste, que ocorreu em agosto de 1955, e serviu como espaço de contato e diálogo das forças políticas pernambucanas. Naquela ocasião, se consolidaria a Frente do Recife.

Diante da expansão da influência comunista e de sua significativa participação no cotidiano do cidadão pernambucano, as forças do Estado buscariam uma forma de frear esse crescimento, e usaria a máquina repressora como forma de cercear as esperanças de concretização das aspirações comunistas no estado, respaldado pela Lei de Crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social – Lei 1802/53. Esta lei propiciaria ao corpo policial agir com energia contra todo e qualquer elemento que pudesse ser enquadrado como comunista.



Nesse momento, ser comunista era sinônimo de subversão da ordem, ordem essa que subtraía a liberdade política do sujeito.

FOTOGRAFIA E REPRESSÃO

No dia 10 de dezembro de 1955, polícia abria um Prontuário Individual com descrição das movimentações de Ivo Carneiro Valença, um militante do Partido Comunista em Pernambuco. Nesse prontuário constavam já suas características físicas, filiação e no topo da página, sua fotografia.⁵ Nota-se que não bastava ter as informações escritas, se fazia necessário ter a imagem anexa de quem estava sendo investigado. A estrutura policial necessitava ver o indivíduo nos seus aspectos fisionômicos, e para isso nada melhor que a fotografia.

Aproximadamente desde Novembro de 1956, o Ivo Valença tinha seus passos monitorados, pelo menos em alguns momentos de seu dia-a-dia. No relatório, atribuído ao Comitê Regional publicado no Jornal Pequeno, existia um vigia na casa onde funcionava o Comitê Regional e este notou um veículo que fazia campana em frente ao imóvel da Rua 17 de agosto no bairro de Casa Forte. Neste momento, nosso militante já se encontrava inserido na etapa que antecede e fundamenta repressão, investigação. Naquele exato momento a polícia já o tinha como suspeito, assim sendo:

Constatada a atividade “subversiva” ou procedimento suspeito, eram abertos prontuários individuais que reuniam documentos referentes ao universo sócio-político-ideológico do indivíduo, onde de acordo com sua qualificação criminal era dado acompanhamento permanente ao mesmo, sendo dessa forma acumulados documentos variados referentes à trajetória criminal do acusado. (SILVA, 1996, p. 93).

Segundo descreve um processo judicial sob a guarda do Memorial da Justiça de Pernambuco, a ação foi deflagrada após longa investigação policial numa residência localizada na Rua 17 de Agosto, nº 428 bairro de Casa Forte, Recife. Durante a investida, a polícia constatou que se tratava do Comitê Regional do Partido Comunista de Pernambuco, onde também funcionava a Escola de Capacitação Política. Nesta localidade, foram encontradas provas que enquadravam quatro indivíduos na Lei Segurança Nacional. Eram eles: Ivo Carneiro Valença, também conhecido como Ivo Valença, Hugo Ferreira, que se

⁵ Arquivo Publico Jordão Emerenciano – APEJE. Acervo DOPS. Ivo Valença. Prontuário Individual 12.768.



tratava na verdade de Fragmom Carlos Borges,⁶ Aristides Ferreira Alves e Antonio Pereira da Silva. Durante a diligência, ainda segundo relatos contidos no processo e jornais da época⁷, foram encontradas bibliografias, faixas, material de propaganda, munições, inclusive granadas

É interessante observar que todo o discurso processual está fundamentado em provas anexas e são elas: livros de bolso, manuscritos, documentos do Partido Comunista, autobiografias e fotografias. As imagens se fazem presentes como prova porque, a “fotografia tem sido aceita e utilizada como prova definitiva, “testemunho da verdade” do fato ou dos fatos” (KOSSOY, 2000, p. 21). Logo, após a prisão desses quatro militantes do Partido Comunista seguiu-se os tramites judiciais. A partir do material apreendido na ação a polícia produziu fotografias do material apreendido e da estrutura, ou seja, da casa onde funcionava o aparelho comunista, nesse caso, o Comitê Regional e a Escola de Capacitação Política do Partido Comunista, anexou relatórios e enviou a justiça que por sua vez daria a sentença aos indiciados.

Nesse momento, a polícia aparentemente já tinha noção da importância da fotografia, Do conjunto fotográfico produzido uma parcela foi selecionada pela polícia, pois essas da forma como foram produzidas eram mais eficazes para fundamentar o discurso da repressão e outorgar, segundo Foucault (1986), a ação da “Justiça Punitiva”. Desse modo, buscaremos assim analisar os referenciais iconográficos que deram suporte à construção de novas realidades através dessas imagens (KOSSOY, 2000), e de suas representações produzidas pelas forças de repressão do Estado.

⁶ Preservação da Memória do Partido Comunista em Pernambuco. Loc. PCB-18. Programa de História Oral. Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ.

⁷ **Jornal Pequeno** - Desmantelado pela polícia civil o Comitê Regional do Partido Comunista, 07/01/1956. Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.



Figura 1 – Vista externa do local onde foi deflagrada a ação da polícia – “Fachada do prédio 428 onde estava instalado o Comitê Regional do Partido Comunista”. Fonte: Memorial da Justiça de Pernambuco. Nº 1.546. Janeiro de 1956⁸.

Tomando como ponto de partida o processo de composição fotográfica que revela as intensões do fotógrafo, pode-se verificar na figura 1 que o enquadramento do prédio é feito de um ângulo que parte de uma base próxima ao chão. Provavelmente, o fotógrafo abaixou-se na intenção de dar um ar grandioso ao prédio, fazendo com que ele parecesse maior do que realmente era. Observe que este efeito é obtido devido às linhas do telhado do prédio, as referências de sua altura convergem para a extremidade superior da fotografia. Os olhos do espectador são levados para o centro branco ornado por duas janelas em tom escuro.

Não se pode esquecer que “a imagem, bela, simulacro da realidade, não é a realidade histórica em si, mas traz porções dela, traços, aspectos símbolos, representações, dimensões ocultas, perspectivas, induções, códigos, cores e formas nela cultivadas” (PAIVA, 2002, p. 19). Como documento tem muito a falar, para isso, seguiremos as diretrizes lançadas por Roland Barthes quando afirma que:

Assim o detalhe que me interessa não é, ou pelo menos não é rigorosamente, intencional, e provavelmente não é preciso que o seja; ele se encontra no campo da coisa fotografada como um suplemento ao mesmo tempo inevitável e gracioso; ele diz apenas ou que o fotógrafo se encontrava lá, ou, de maneira mais simplista ainda, que ele não podia não fotografar o objeto parcial ao mesmo tempo que o objeto total (com Kertész poderia ter “separado” o chão do rabequista que sobre ele anda?) (BARTHES, 1984, p. 76).

⁸ Ver Prontuário Funcional 1574. Acervo DOPS – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Neles estão contidas outras imagens relacionadas e que não foram inseridas no processo.

O que Roland Barthes assevera é que a fotografia tem um discurso próprio que muitas vezes foge à intencionalidade, ou mesmo que a própria ação do fotógrafo no seu ato traz consigo elementos não planejados e devemos estar atentos a estas particularidades. E assim prosseguiremos, buscando elementos que fujam do planejamento do fotográfico e das intencionalidades policialescas.

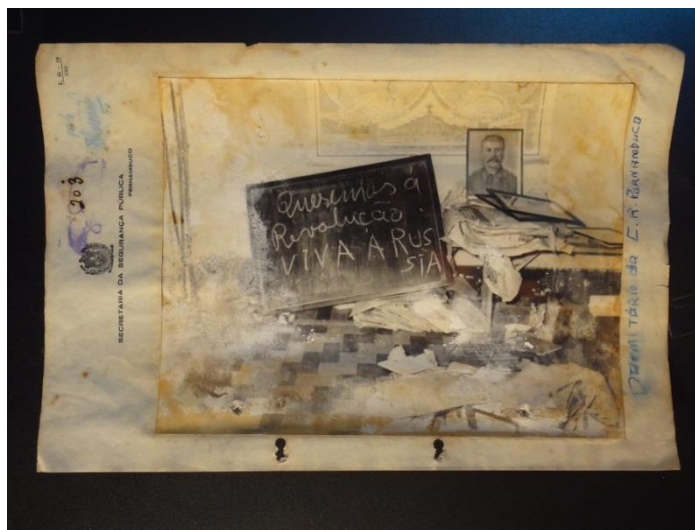


Figura 2 – Material apreendido pela polícia – “Dormitório do C. R. Pernambuco”. Fonte: Memorial da Justiça de Pernambuco. Nº 1.546. Janeiro de 1956.

De modo geral, a Figura 2 revela um ambiente coberto por materiais diversos, documentos espalhados por todos os lados, um ambiente desorganizado; não se pode esquecer é que este, segundo a própria legenda informa, é o dormitório do Comitê Regional: se ele se encontrava dessa forma antes, a imagem não diz. Porém, aspectos desta imagem chamam a atenção. Dentro do contexto da Guerra Fria e com o Brasil em estado de sítio, percebe-se que a intenção do fotógrafo era expor o quadro negro com os dizeres “queremos a revolução viva a Rússia” na parte central da imagem logo ao lado de uma moldura com fotografia de Josef Stalin. Isto reforça o discurso de que a intenção do partido ilegal seria tomar o país através da revolução.

No entanto, outros elementos da figura 2 chamam a atenção. Mesmo que a legenda abaixo da imagem, escrita em azul no substrato onde se encontra fixada a fotografia, diga se tratar do dormitório do Comitê Regional, esta informação é questionável. Se analisarmos com maior atenção, veremos que o que está abaixo do quadro negro são páginas de jornal, e estas se encontram encostadas na parede. Dado o tamanho de uma página de jornal dobrada,

podemos afirmar que da parede até a extremidade do elemento que acomoda os papéis e o quadro de Stalin não poderia ser uma cama, pois mesmo em se tratando de uma cama de solteiro, esta não seria da largura de uma página de jornal fechada. Percebe-se a intencionalidade das imagens em demonstrar a estrutura do local.



Figura 3 - Material apreendido pela polícia - “Exposição das munições apreendidas no automóvel dirigido por Ivo Valença”.

Fonte: Memorial da Justiça. Nº 1.546. Janeiro de 1956

A figura 3 retrata o arsenal apreendido pela polícia no veículo de Ivo Valença no bairro de Campo Grande, durante a diligência policial. Buscando enquadrar Ivo Valença e Hugo Ferreira em outro crime, além do já citado crime político. Assim, dentre as fotografias produzidas selecionaram a figura 3 a qual entraria no processo. No trecho a seguir, o Delegado Álvaro da Costa Lima relata:

Acresce que aos indiciados Ivo Valença e Hugo Ferreira infringiram, também, o artigo 16 da Lei 1802, eis que tinham sob sua guarda engenhos explosivos e munições de guerra, tais como granadas, quantidade de balas de fuzil, idem de arma automática, calibre 45 milímetros, além de espoletas para granadas, petardos e dois instrumentos ainda não identificados. A que fim se destinaria esse armamento bélico? Somente esses indiciados poderão responder.⁹

Este trecho do relatório deixa transparecer a função da já citada fotografia, que é a de reforçar visualmente o discurso escrito. Segundo Eduardo França Paiva, devemos indagar também a imagem, cientes das “necessidades e dos projetos de seus usuários. Além disso,

⁹ Relatório da Delegacia Auxiliar p. 241, cx. 2000, Nº 1.546. Lei de Segurança Nacional. Queda do Partido Comunista - Memorial da Justiça de Pernambuco.

temos que nos perguntar sobre os silêncios, as ausências e os vazios, que sempre compõem o conjunto e que nem sempre são facilmente detectáveis”(PAIVA, 2002, p. 18). Logo percebe-se que diferente da desorganização do primeiro ambiente interno apresentado na Figura 2, o que se vê são os materiais bélicos organizados em linha. Apresentados desta forma passam a ideia mais clara do quantitativo. Esta disposição dos elementos apresentando o material retirado de circulação vem reforçar o discurso do serviço prestado, o grau de periculosidade dos indivíduos indiciados e de seu partido. Porém, a imagem tem limitações e segundo Mercedes Vilanova as “fontes orais são diferentes das fontes escritas, mas são do mesmo modo úteis” (VILANOVA, 1994, p.46). E o próprio Ivo Valença afirma: “Colocaram no meu carro umas granadas velhas em um saco, e um material bélico superado. A própria análise feita no Exército, concluiu que não servia nem para comemorar o São João. Colocaram no intuito de nos incriminar. Foi meu batismo de fogo.”¹⁰ Na figura 3, o fotógrafo omite o piso, diferentemente das figuras 1 e 2. Porém, revela um móvel com características cromáticas escuras semelhantes à cor das janelas da residência da figura 1 e semelhante às bordas do quadro negro da figura 2.



Figura 4 – Material apreendido pela polícia - “Demonstração de parte do material apreendido”. Fonte: Memorial da Justiça de Pernambuco. Nº 1.546. Janeiro de 1956.

Na figura 4, chama à atenção a legenda contida na base do documento onde se encontra fixada a fotografia. Escrita manualmente em azul diz: “demonstração de parte do

¹⁰ Preservação da Memória do Partido Comunista em Pernambuco. Loc. PCB-18. Programa de História Oral. Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ.



material apreendido”. Se observarmos com um pouco mais de atenção, podemos verificar a presença de uma imagem recorrente na figura 2: a moldura com a imagem de Josef Stalin, seguida de mais três, identificadas como: Vladimir Lenin, Karl Marx e Friedrich Engels. Se observarmos com maior cautela, verifica-se que na figura 2 existem próximas à moldura com a imagem de Stalin, mais três descansando sobre o que viria a ser um banco, com características semelhantes e resultando no somatório de quatro molduras, a mesma quantidade apresentada na figura 4. A recorrência de material demonstra como a ideia de montante é potencializada através da transferência de materiais de um ambiente para outro, reforçando a legenda de que cada espaço tem uma quantidade de material independente dos outros.

Dado que as cores das paredes dos ambientes das figuras 2,3 e 4 e a fachada do prédio da figura 1 são brancas, assim como a recorrência na figura 2 de móvel em tonalidade escura semelhante à cor das janelas da figura 1, estas características podem levar o espectador a acreditar que se tratava do mesmo ambiente. Porém, o detalhe da janela da figura 4 não condiz com o formato da figura 1, demonstrando assim não se tratar do mesmo local. Além disto, é pouco provável que a bandeira do partido comunista estampada na janela estivesse naquele local dada à situação em que se encontrava o partido comunista que agia na ilegalidade. O que se pode constatar também da figura 2 a 4 é que a ordem e a desordem dos elementos dispostos atendem a necessidades pertinentes a um discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desfecho desse processo e todo teatro policialesco levariam os réus Ivo Carneiro Valença e Fragmon Carlos Borges a uma pena de seis anos e meio de prisão. No entanto, após recorrer ao Supremo Tribunal Federal Militar essa pena viria a ser reduzida para um ano e nove meses. Após esse período, Ivo Carneiro Valença foi libertado e voltou a atuar na vida política¹¹. Portanto, através de suas lentes, e pelas possibilidades geradas pelo uso da fotografia e sua reprodutibilidade, o DOPS e a Delegacia Auxiliar produziram todo um teatro fotográfico a fim de levar a cabo um discurso que enquadrava os réus no crime de subversão com agravante do uso de armas de fogo e munições. E as fotografias, sejam elas individualmente ou em conjunto, fomentaram representações que serviram como fundamento para o enquadramento e ajuizamento dos envolvidos como culpados do crime político e cível, na figura de Ivo Carneiro Valença, Fragmon Carlos Borges, Aristides Ferreira Alves e

¹¹ Preservação da Memória do Partido Comunista em Pernambuco. Loc. PCB-18. Programa de História Oral. Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ.



Antonio Pereira da Silva. A fotografia, neste caso, é utilizada como aparato da justiça punitiva segundo afirma Michel Foucault (1986, p. 21): “o juiz de nossos dias – magistrados ou jurados – faz outra coisa, bem diferente de julgar. E ele não julga mais sozinho. Ao longo do processo penal e da execução da pena, prolifera toda uma série de instâncias anexas.” Sendo assim, a imagem vem dar suporte a essas instâncias cerceando o direito de expressão política em função da manutenção de uma ordem estabelecida através do poder do Estado e de seus aparatos considerados legais. Se por um lado a imagem tem sido empregada de forma benéfica em serventia à sociedade, “por outro ela sempre se prestou e sempre se prestará aos mais diferentes e interesseiros usos dirigidos” (KOSSOY, 2000, p.19), neste caso, o ato de reprimir e punir o ser humano nem sempre surte o efeito desejado como a história bem comprova¹². Entretanto, o que se pode fazer frente a tudo isso é analisar de forma crítica a imagem, a fim de não ser levado por suas intencionalidades, que nesse caso seria a materialização da prova do crime de subversão, do discurso que mostra o partido comunista e seus membros como o monstro a ser combatido. Sobre a produção de discursos Michel Foucault afirma que: “por mais que o discurso pareça bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2012, p. 9). Desse modo, verificando a existência de projetos repressores através do uso de fotografias obteremos o esclarecimento de aspectos relevantes para a desconstrução do discurso repressivo, dado que, a imagem, assim como outros documentos, está aberta, desde que seguramente fundamentada, a múltiplas interpretações.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **A Câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BRAYNER, Flávio Henrique Albert. **Partido Comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970** / Michel Foucault; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 22. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2012.

¹² Ver, RODRIGUES, F. Theodoro. **Os 16 deportados cearenses**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.



_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Lígia M. Pondé Vassalo.

Petrópolis, Vozes, 1986.

SILVA, Marcília Gama da. **D.O.P.S e o Estado Novo os Bastidores da Repressão em Pernambuco (1935-1945)**. Recife, 1996, Mestrado em história – UFPE – CFCH, 02 exemplares. Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. – 4ª. Ed.- São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. Estado. Ateliê Editorial, 2000.

LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (orgs.). **Poder e voto: luta política em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1986.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** / Emir Sader. – São Paulo: Atual, 1990.

VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.(Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994.